

## MOÇÃO DE REPÚDIO

Ao ajuste fiscal e novo regime fiscal que congela gastos públicos, atacando o SUS e o conjunto de direitos do povo brasileiro em ter serviços públicos de qualidade

A 20ª PLENÁRIA NACIONAL DE CONSELHOS DE SAÚDE, ENTIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES aprovou a seguinte Moção de Repúdio ao Ajuste Fiscal e ao Novo Regime Fiscal por congelar por 20 anos os recursos públicos destinados as despesas não financeiras atacando o Sistema Único de Saúde e o conjunto de direitos do povo brasileiro de ter serviços públicos de qualidade.

Considerando que a saúde/doença do cidadão decorre dos determinantes sociais, econômicos e ambientais;

Considerando que o setor Saúde representa um importante espaço para o processo de acumulação do capital, especialmente em momentos de crise quando o adoecimento da classe trabalhadora se intensifica, apresentando mais uma oportunidade de obtenção de lucro devido às demandas crescentes por insumos, procedimentos, medicamentos, etc.;

Considerando que os interesses do setor privatista vêm ganhando força na sociedade brasileira, inclusive representando espaço para investimento por parte do capital internacional, em especial quando se é anunciado que o “SUS precisa ser revisto” pois “é muito grande” e “não compatível com a situação atual do Estado Brasileiro” e se apontam a criação de “Planos Populares de Saúde” como alternativa aos problemas enfrentados nesta área; [4]

**Fonte: UNDIME-SC [5]**

Considerando que o PLP 257/2016 [6] impõe a redução das despesas públicas não financeiras, em especial nas áreas sociais, com destaque a retirada de direitos de servidores públicos que prestam os serviços à população, bem como, busca concluir a privatização de todo o patrimônio público com alienação das empresas públicas estaduais que ainda existem;

Considerando que a PEC 241/2016 [7], que congela por 20 anos todos os recursos não financeiros, tem o objetivo de concentrar a renda, o patrimônio e o poder nas mãos de poucos em detrimento da esmagadora maioria do povo brasileiro;

Considerando que a “dívida dos estados com a União” já foram pagas: em regra existe de fato crédito e não dívida;

Considerando que a continuidade do próprio Sistema Único de Saúde (SUS) está ameaçada com a possível aprovação do PLP 257/2016 e da PEC 241/2016;

Considerando a publicação da Portaria n.º 1.482/2016 [8] que constitui grupo de trabalho que objetiva a constituição de Plano de Saúde Acessível, ferindo os princípios constitucionais do SUS;

Considerando que matéria desta natureza exige o amplo debate da sociedade, pelas consequências nefastas para a maioria da população, não pode ser tratada em regime de urgência;

Considerando que a redução da despesa pública não financeira tem por finalidade elevar o superávit primário para transferir mais recursos públicos ao capital financeiro, destruindo todas as políticas públicas construídas através das lutas do povo brasileiro;

Decidimos pelo repúdio a toda e qualquer medida que esse e qualquer outro governo venha a implementar no sentido de contribuir com o desmonte do SUS, privatização dos serviços e ações de saúde, subfinanciamento e desfinanciamento do setor, apontando as seguintes medidas:

- Rejeição do PLP 257/2016, que está em processo de votação em regime de urgência na Câmara dos Deputados;

- Rejeição da PEC 241/2016, a qual já foi admitida constitucionalidade na CCJ, apesar de afrontar os princípios constitucionais do SUS e constituída a Comissão Especial de forma irregular;

[9]- Rejeição de todas as formas de privatização que representam a desresponsabilização do Estado na execução dos serviços de Saúde e submetendo a população à lógica do mercado no provimento das ações em saúde em detrimento aos seus interesses.

Convocamos toda a população brasileira a retomar o processo de lutas pelos princípios do movimento da reforma sanitária brasileira, revigorando o protagonismo da participação dos movimentos sociais e populares no fortalecimento do controle social nos conselhos de saúde, nas ruas, locais de trabalho, estudo e moradia, por um SUS forte, público, sob administração direta do Estado, sob controle das trabalhadoras e dos trabalhadores e que atenda todas as necessidades da população com qualidade.

Links:

-----

[1] <http://www.contraprivatizacao.com.br/>

[2] <http://www.contraprivatizacao.com.br/2016/08/1054.html>

[3] [http://conselho.saude.gov.br/web\\_plenaria/08ago24\\_20\\_plenaria\\_nacional.html](http://conselho.saude.gov.br/web_plenaria/08ago24_20_plenaria_nacional.html)

[4] [https://3.bp.blogspot.com/-khkWT\\_3bYlo/V8baiSqGJ3I/AAAAAAAAHVv/qZlgeabquvKH16-GQuQ9nB\\_HPpnMMoU-QCLcB/s1600/PLP-257-PEC-241-0001.jpg](https://3.bp.blogspot.com/-khkWT_3bYlo/V8baiSqGJ3I/AAAAAAAAHVv/qZlgeabquvKH16-GQuQ9nB_HPpnMMoU-QCLcB/s1600/PLP-257-PEC-241-0001.jpg)

[5] <http://undime-sc.org.br/wp-content/uploads/2016/08/PLP-257-PEC-241-0001.png>

[6] <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2080237>

[7] <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>

[8] [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/qm/2016/prt1482\\_04\\_08\\_2016.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/qm/2016/prt1482_04_08_2016.html)

[9] <http://www.vozdabahia.com.br/listas/posts/163041.jpg>

[10] <https://feedburner.google.com/fb/a/mailunsubscribe?k=5kOZhf9XVH5i7PlmnpJ7-y0Oh0o>